

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.569.918 - CE (2019/0256109-9)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **SEBASTIÃO FERREIRA BEZERRA**
AGRAVANTE : **DJANIRA DE VASCONCELOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **SILVIO DE VASCONCELOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **DIANA DE VASCONCELOS FERREIRA**
ADVOGADOS : **UILTON DE SOUSA LIMA - CE011116**
 MARCIO AUGUSTO DE QUEIROZ - CE023068
AGRAVANTE : **CLINICA SAO JOSE DIAGNOSTICOS E TRATAMENTOS LTDA**
ADVOGADOS : **PAOLO GIORGIO QUEZADO GURGEL E SILVA - CE016629**
 MARIANA GOMES PEDROSA BEZERRA GURGEL - CE019348
AGRAVADO : **OS MESMOS**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por SEBASTIÃO FERREIRA BEZERRA e OUTROS contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal, insurgiu-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS MOVIDA CONTRA NOSOCÔMIO. EXIGÊNCIA PRÉVIA DE CHEQUE-CAUÇÃO COMO CONDIÇÃO SINE QUA NON PARA INTERNAÇÃO EMERGENCIAL DE PACIENTE GRAVE. PRÁTICA MANIFESTAMENTE ABUSIVA. CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE PERIGO (CC, ART. 156). DANO MORAL IN RE IPSA CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. NECESSIDADE DE REDUÇÃO. VALOR FIXADO EM 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) PARA CADA UM DOS AUTORES. VERBA HONORÁRIA. ALEGAÇÃO DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA RECONHECIDA. DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL. APLICAÇÃO DO CAPUT DO ART. 86, DO CPC. PRECEDENTES DO STJ E DESTA CORTE DE JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE. SENTENÇA MODIFICADA PARCIALMENTE.

1. Cuida-se de Apelação Cível interposta pela Clínica São José Diagnóstico e Tratamentos S/C Ltda., objetivando a reforma da r. sentença que julgou parcialmente procedente o pedido autoral, condenando a ré ao pagamento de danos morais no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a cada um dos autores, aqui recorridos.

2. Inicialmente, impende salientar, como entendimento pacífico, que o ato do nosocômio de exigir a emissão de cheque-caução como condição sine qua non de garantia para que os pacientes, mormente diante da configuração do estado de perigo de que trata o artigo 156 do Código Civil - em situações de urgência e/ou emergência -, possam vir a ser internados e atendidos, constitui uma ação eivada de ilegalidade, por ir de encontro ao art. 196, da CRFB/88, assim como ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e à Resolução Normativa da ANS nº. 44,

que veda tal prática desde 2003.

3. *Precedente: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. INTERNAÇÃO EM UTI. ESTADO DE PERIGO. DEFEITO DO NEGÓCIO JURÍDICO. PRESENÇA. Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa (art. 156 do Código Civil). A particularidade do caso concreto, mormente a expectativa de que o paciente estava sendo transferido de um hospital público de outra unidade fedejrativa para outro nosocômio público bem como a urgência do atendimento, sob risco de vida, aliados aos demais requisitos ensejadores da configuração do estado de perigo, resulta na declaração de inexistência do débito. (TJ-DF 20140710273487 DF 0026664-90.2014.8.07.0007, Relator: CARMELITA BRASIL, Data de Julgamento: 26/07/2017, 2ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicado no DJE: 01/08/2017)*

4. *In casu, não restam dúvidas de que ocorreu abusividade por parte do hospital apelante ao exigir o cheque-caução no valor de R\$ 10.000,000 (dez mil reais) como condicionante para efetivar a internação hospitalar da paciente, mormente pelo fato de que, na situação relatada nos fólios, a filha e irmã dos autores foi encaminhada ao nosocômio demandado em situação de emergência (estado grave), pois no dia 27/11/2009 foi vítima de acidente de trânsito e submetida a tratamento em UTI no referido hospital, por inexistir vaga em hospital público. No dia 30/11/2009, o referido cheque foi apresentado na instituição bancária, pelo valor total, e foi devolvido pela ausência de fundos. Vislumbra-se, ainda, que a paciente veio a falecer no dia 04/12/2009, quando ainda estava sob os cuidados e internada na UTI do suplicado.*

5. *É evidente que a medida tomada pelo nosocômio apelante foi maculada de irregularidade e abuso, por dificultar o normal procedimento de internação que se tratava de urgência e emergência.*

6. *Aqui, ressalto, por oportuno, que, muito embora o apelante tenha relatado em suas razões recursais que a exigência do cheque se verificou após o atendimento de urgência da paciente, com a estabilização do quadro, o certo é que, na data de sua entrada no nosocômio, foi exigido e recebido, de modo abusivo, o cheque previamente como caução. Tanto é verdade que o título foi depositado no dia útil seguinte.*

7. *Como se não bastasse a angústia e demasiada ansiedade dos suplicantes diante da premente necessidade de incursão à Unidade de Terapia Intensiva, precisaram se preocupar em assinar cheque-caução para que fosse resguardado o atendimento a contento, provocando-lhes elevação de seu estado já ampliado de desconforto.*

8. *Na hipótese em apreço, considerando o grau de responsabilidade do apelante frente ao abalo moral e psicológico sofrido pelos recorridos, pais e irmã da vítima, ao ter a internação de seu familiar condicionada à prestação de cheque-caução, e atenta ao princípio da proporcionalidade e razoabilidade, tenho que se mostra excessiva a condenação da Clínica recorrente ao pagamento de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada um dos promoventes, como determinado na r. sentença hostilizada, mesmo diante dos transtornos suportados, razão pela qual deve ser reduzida ao*

patamar de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada um dos recorridos.

9. In casu, havendo pedido de indenização por danos morais e por danos materiais, o acolhimento de um deles, com a rejeição do outro, configura sucumbência recíproca. Assim, por não ter sido considerado na sentença apelada esse aspecto, deve ser modificado o julgado recorrido nesse ponto específico.

10. Ressalta-se, ainda, que, tratando-se de situação em que se concede o benefício da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98 do CPC, nada impede a condenação ao pagamento proporcional das verbas de sucumbência, com a ressalva de suspensão da exigibilidade pelo período de até 5 (cinco) anos, consoante § 3º do dispositivo legal acima apontado.

11. Recurso conhecido e parcialmente provido. Sentença a quo modificada em parte" (fls. 311/313, e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, os recorrentes alegam a existência de divergência jurisprudencial em relação ao valor da indenização por danos morais arbitrado pelas instâncias ordinárias, sustentando que este deve ser majorado para R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Após a apresentação das contrarrazões (fls. 417/425, e-STJ), o recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí o presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Na hipótese, o recurso especial foi interposto pela alínea 'c' do permissivo constitucional, mas a parte recorrente deixou de indicar qual dispositivo de lei federal teve sua interpretação divergente pelo Tribunal, o que caracteriza deficiência de fundamentação a atrair a incidência, por analogia, da Súmula nº 284 do STF.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ARTIGO DE LEI. VIOLAÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF. FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. TÉRMINO DO CONTRATO.

1. O recurso especial fundamentado no dissídio jurisprudencial exige, em qualquer caso, que tenham os acórdãos - recorrido e paradigma -

Superior Tribunal de Justiça

examinado o tema sob o enfoque do mesmo dispositivo de lei federal.

2. Se a divergência não é notória, e nas razões de recurso especial não há a indicação de qual dispositivo legal teria sido malferido, com a consequente demonstração da divergência de interpretação à legislação infraconstitucional, aplica-se, por analogia, o óbice contido na Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, a inviabilizar o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional. Precedentes.

3. (...)

4. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 973.413/MG, Rel. MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/12/2016, DJe 16/12/2016 - grifou-se).

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Considerada a sucumbência recíproca fixada na origem, deixo de majorar os honorários advocatícios, nos termos do artigo 85, § 11, do CPC/2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator